



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001605-10.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**
 Requerente: **BANCO DO BRASIL S.A**
 Requerido: **RGC BIANCARDI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

BANCO DO BRASIL S/A propôs AÇÃO MONITÓRIA contra RGC BIANCARDI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME, RENATO CARRETO BIANCARDI e GUILHERME CARARETTO BIANCARDI, com base no inadimplemento, pelos réus, de débito oriundo de abertura de crédito concedida pelo autor por meio de "contrato de adesão a produtos de pessoa jurídica", crédito utilizado pela primeira ré, gerando dívida atualizada, em 06/08/13, de R\$ 86.201,31.

Os réus, citados, ofereceram embargos monitórios (fls. 48/63), nos quais alegam que a inicial não veio instruída com prova escrita para os fins do art. 1.102-A do CPC, e, no mérito, que há relação de consumo e o contrato possui cláusulas e condições "descabidas".

O autor ofertou impugnação aos embargos monitórios (fls. 69/77).

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois não há necessidade de produção de outras provas, e o magistrado só está obrigado a abrir a fase instrutória se mantiver dúvida acerca de fatos pertinentes, relevantes e controversos, o que não ocorre nesta causa judicial.

A prova pericial é desnecessária, vejamos ementa de caso semelhante: *Prova – Perícia – Contrato de abertura de crédito em conta-corrente – Desnecessidade de realização de prova pericial contábil – Interpretação das cláusulas do contrato, em confronto com a conta aritmética, para apuração do saldo devedor – Suficiência – Cerceamento de defesa – Inocorrência – Recurso parcialmente provido* (Apelação Cível n. 1.351.114-5 - Pirajuí - 14ª Câmara de Direito Privado – Relator: Carlos Von Adamek – 06.10.06 - V.U. - Voto n. 1491).

Ademais, tendo em vista a multiplicidade de soluções jurídicas que se apresentam possíveis no caso - excluir a comissão de permanência, excluir algum encargo com ela cumulado, reduzir os juros remuneratórios para um determinado percentual ainda não definido, excluir a capitalização dos juros -, soluções que podem ser adotadas cumulativa ou alternativamente, a perícia, no caso, ganha enorme complexidade e custo, pois o perito teria que prevêr as diversas soluções e proceder aos cálculos do valor devido para cada uma delas, sendo que boa parte ou a maioria, ao final, seria descartada, resultando em trabalho desnecessário para



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

o expert e custo econômico maior para as partes.

A economia processual recomenda, então, que primeiramente a questão jurídica - que independe de cálculos - seja solucionada com foros de definitividade. Somente após o trânsito em julgado da sentença, e caso surja alguma polêmica sobre a memória de cálculo que o credor venha a apresentar na forma do artigo 475-B do CPC, em sede de impugnação ao cumprimento de sentença seja realizado exame pericial para apurar se há ou não excesso de execução.

Verifica-se que ao assim proceder o juízo assegura que a perícia - meio de prova dispendioso e que delonga o andamento do feito - somente seja realizada caso absolutamente necessário, tudo com o escopo de se imprimir celeridade ao feito, atendendo ao comando inscrito no artigo 5º, inciso LXXVIII da CF.

A preliminar não deve ser acolhida. O caso encaixa-se ao disposto na Súm. 247 do STJ: "O contrato de abertura de crédito em conta-corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória."

Ingressa-se no mérito.

A relação em exame não autoriza a aplicação das normas do CDC, uma vez que embora deva a instituição financeira ser considerada fornecedora dos serviços bancários e creditícios, a empresa ré-embargante, que recebeu o crédito, não se enquadra no conceito de consumidor, trazido no artigo 2º do código, uma vez que não adquiriu ou utilizou o dinheiro como destinatário final, mas sim como insumo reaplicado em sua atividade empresarial (como investimento, pagamento de pessoal, pagamento de dívidas, aquisição de mercadorias, entre outras possibilidades).

O dinheiro, no caso, foi incorporado à cadeia produtiva.

Outros fundamentos para essa orientação podem ser vistos nos seguintes precedentes, ambos do E. TJSP: Apelação Cível n. 995.727-1 – Ribeirão Preto – 11ª Câmara de Direito Privado – Relator: Des. Antonio Carlos Vieira de Moraes – 29.06.06 – V.U. – Voto n. 6.490; Agravo de Instrumento n. 7.092.449-9 – Itatiba – 20ª Câmara de Direito Privado – Relator: Correia Lima – 07.11.06 – M.V. – Voto n. 11.540.

Quanto às questões suscitadas, s.m.j, o instrumento contratual firmado em 26/08/2011 (fls. 11/19), acompanhado dos extratos de fls. 22, 24, 26, e 28, e da memória de cálculo de fls. 20, demonstra de modo bastante claro a concessão e utilização paulatina do crédito, assim como a evolução do saldo devedor, sem qualquer indícios de inobservância de cláusula contratual.

A propósito das alegadas abusividades, o primeiro ponto a salientar é que os embargantes, a despeito da inicial ter sido instruída com cópia do contrato,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

extratos e memória de cálculo, ensejadores da perfeita compreensão do que está sendo cobrado, deixaram de examiná-los e optaram pelo injurídico caminho de suscitarem alegações absolutamente vagas e genéricas, sem o enfrentamento concreto de cláusulas contratuais, sem indicação realm de quais seriam as abusividades.

A consequência de tal falha processual dos embargantes é que este juízo não poderá conhecer de abusividades não indicadas – e nenhuma foi indicada de modo claro -, por força do disposto na Súm. 381 do STJ: "Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas."

Apenas para pontuar, cumpre esclarecer que os juros, em contratos celebrados após 31.03.2000, podem ser capitalizados, o que decorre da edição da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, atual Medida Provisória nº 2.170-36/2001, que permitem a capitalização.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça vem aplicando essas medidas provisórias reiteradamente: AgRg no REsp 908.910/MS, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 26.06.2007, DJ 06.08.2007 p. 529; REsp 697.379/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01.03.2007, DJ 21.05.2007 p. 571; AgRg no REsp 874.634/RS, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 05.12.2006, DJ 05.02.2007 p. 259.

Saliente-se, por fim, não se ter identificado argumento, nos embargos monitórios, que, confrontado com as cláusulas contratuais, possibilite a conclusão de existir, realmente, qualquer sorte de abusividade ou cobrança abusiva, da parte do autor-embargado.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, REJEITO OS EMBARGOS MONITÓRIOS e condeno os réus-embargantes a pagarem ao autor a quantia de R\$ 86.201,31, com a incidência, desde 06/08/13, de atualização monetária pela tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, e CONDENO os réus nas custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

P.R.I.

São Carlos, 28 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**